



PROJETOS DE PESQUISA EM ANDAMENTO

PROFA. DRA. ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

Título: A Política Nacional de Economia Solidária e seus Desdobramentos na Região Macro-Sul do Rio Grande do Sul

Início: 2016

Descrição: A pesquisa pretendida a partir deste projeto tem como interesse principal estudar o desdobramento da Política Nacional de Economia Solidária na macro região Sul do Rio Grande do Sul.

PROF. DR. CESAR AUGUSTO SOARES DA COSTA

Título: Movimentos sociais, resistências e lutas ambientais: implicações à luz do padrão de sociabilidade do capital na América Latina

Início: 2016

Descrição: A pesquisa destina-se a investigar a perspectiva política dos movimentos sociais latino-americanos e suas implicações emancipatórias diante da questão ambiental na conjuntura das Políticas Públicas e do padrão de desenvolvimento econômico na América Latina.

PROFA. DRA. CRISTINE JAQUES RIBEIRO

Título: Alimentação enquanto Direito Humano e sua relação com o Programa Camponês no Estado do Rio Grande do Sul

Início: 2013

Descrição: A luta por um conjunto de direitos sociais e humanos é a base fundamental da luta pela garantia da Soberania Alimentar, publicizada pelos Movimentos Sociais, cuja prática se direciona na construção de outros valores entre os seres humanos e a terra, na perspectiva de cuidado como atitude de ocupação. Para tanto estudar a importância da garantia do alimento é relacioná-lo com o cotidiano da vida da população e, portanto, problematizá-lo enquanto manifestação da questão social. Sendo assim, a proposta de estudo é de analisar o Programa Camponês, lançado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, resultante da demanda apresentada pelos Movimentos Sociais vinculados a Via Campesina no Estado. A intenção de analisar tal programa baseia-se primeiro na relação que este tem com dois programas federais: Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar cujo objetivo é de apostar na produção do alimento com qualidade, sendo este, reconhecido como alimento agroecológico. Segundo, que este programa prioriza a produção da agricultura camponesa que tem os princípios pautados na autonomia denunciando a captura da grande indústria e da monocultura. Sendo assim, a pesquisa irá detalhar os documentos que relacionam-se com a proposta deste programa e programas afins, vinculados na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional bem como identificar a relação que o Programa Camponês propõe ter com o espaço urbano, especificamente, junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados..

Situação

Título: O direito à posse: a população invisível no loteamento Santa Cecília no município de Pelotas

Início: 2014



Descrição: O presente projeto de pesquisa pretende analisar a Posse da Terra enquanto direito, problematizando sua função social. Propor pesquisa neste tema é propor a discussão e a reflexão da realidade que vivem famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social em nosso município. Para tanto, esse desejo ousado materializa-se neste projeto com a intenção de transversalizar categorias analíticas que interferem substancialmente na garantia dos direitos sociais da população. Categorias que buscam trazer para análise da Cidade não só o olhar para um espaço de convivência e de circulação entre os diferentes, e de reprodução do modelo globalizante, mas de território vibrátil de direito de todos os cidadãos. Território que proporciona as manifestações da questão social a partir das lutas em defesa da vida, ou seja, pelo direito de existir, lutas travadas pelos agentes vinculados aos movimentos sociais organizados ou simplesmente pelos agentes vinculados em suas comunidades ou grupos/coletivos identitários. Pesquisar a função social da posse da terra é investigar o processo de urbanização histórico pelo qual passou todo um contingente populacional, é reconhecer os conflitos de ordem econômica, política e geográfica que pulsam no interior das cidades.

PROF. DR. LUIZ ANTONIO BOGO CHIES

Título: Argumentações judiciais no Auxílio-Reclusão: regulação e emancipação na proteção social

Início: 2014

Descrição: A pesquisa aborda a tensão entre perspectivas civilizatórias da proteção social e práticas potencializadoras de segregação e exclusão, ambas mediadas pela atuação de instâncias judiciárias. O corpus de análise se constitui de decisões prolatadas nos cinco Tribunais Regionais Federais (TRF) brasileiros, no período janeiro de 2007 a dezembro de 2012, versando sobre o critério baixa renda como requisito para a concessão do instituto previdenciário do Auxílio-Reclusão. Trata-se de ponto de divergência jurisprudencial aparentemente superado (em face de decisão do Supremo Tribunal Federal [STF] em 2009) mas revelador de conteúdos argumentativos e retóricos, bem como de dinâmicas institucionais que evidenciam limites e possibilidades do Poder Judiciário em contribuir com uma cultura jurídica democrática e humano-dignificante. Como referenciais privilegiou a Teoria da Argumentação Jurídica (Luiz Alberto Warat), as perspectivas da sociologia do Campo Jurídico (Pierre Bourdieu) e as noções de regulação e emancipação (Boaventura de Sousa Santos). Os resultados preliminares já permitem se reconhecer, entre outras emergências, fragilizações na capacidade das instâncias judiciais efetivarem tutelas sustentadas no princípio da solidariedade social. Tais fragilizações criam perversas armadilhas, dentre as quais uma cruel compaixão, que transmuta direito em caridade.

Título: Século XXI: Prisão e segregação racial em Pelotas/RS

Início: 2016

Descrição: A pesquisa objetiva analisar, a partir da realidade do município de Pelotas (RS), as relações contemporâneas entre segregação racial/racismo e cárcere. Justificam esse recorte: a carência de estudos sobre segregação e grupos étnicos no campo da prisão contemporânea no Brasil, não obstante o conhecido fato de que a população carcerária amplia a representatividade negra em seu conjunto, quando comparada com a população geral (51% na população geral, 67% no sistema prisional, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional, para 2014); a especificidade de Pelotas, sua trajetória histórica e seu contexto contemporâneo como cidade de significativa população negra, bem como suas dinâmicas e



práticas sociopolíticas de segregação, exploração e invisibilização étnica. Desde sua formação como urbe (primeiras décadas do século XIX), Pelotas tem sua trajetória conectada com a presença da etnia negra. A exploração do trabalho escravo, sobretudo na produção do charque, é o que motiva que ela possa ser estatisticamente considerada, ao longo dos séculos de sua existência, como a cidade mais negra do interior do Rio Grande do Sul. O objeto de pesquisa foi construído na intersecção de múltiplas perspectivas e campos temáticos, impactando nos referenciais teóricos assumidos: as segregações etnicorraciais; a Questão Penitenciária, em especial como interface das Políticas Criminais com as Políticas Sociais; a Sociologia do Castigo e renovadas perspectivas de uma Economia Política da Penalidade; a Criminologia, assumida como Criminologia dos Direitos Humanos, axiológica e vinculada à Política Criminal. Em perspectiva ampla, o suporte teórico está na Sociologia Processual de Norbert Elias e na grade de interpretação da trajetória sociopolítica e de constituição do Brasil proposta por Jessé Souza; esta, reconhecendo a escravidão como instituição eixo no desenvolvimento das sensibilidades brasileiras. Na dimensão metodológica, o momento do encontro empírico dar-se-á através da coleta de dados com o universo dos encarcerados no Presídio Regional de Pelotas; o Formulário de Pesquisa visa coletar ? dentre outros ? dados referentes: às percepções de preconceito racial e/ou social nas trajetórias de vida; às concepções sobre trajetórias e condições de vida como fatores de impacto no envolvimento com eventos e atos criminalizados; às percepções subjetivas do racismo. Em tal etapa também se oportunizará a adesão voluntária dos sujeitos para fins de entrevistas em profundidade. Como etapa complementar serão realizadas entrevistas, na perspectiva da “história oral”, com informantes privilegiados indicados pelos Movimentos Sociais Etnicorraciais Negros de Pelotas (os quais se integram como interlocutores permanentes na execução da pesquisa). Cabe registrar, como dados preliminares, que o censo de 2010 registra que a taxa da população negra em Pelotas é de 10,68%; acrescidos os pardos, somar-se-iam mais 8,6%. Da população negra com mais de 10 anos, 27.006 não superam os 2 (dois) salários-mínimos de renda mensal; ou seja: 77,05% dos pertencentes à essa etnia. Em relação ao encarceramento, dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS, para outubro de 2015, registram 24,45% da população encarcerada no Presídio Regional de Pelotas composta por negros; sendo, ainda, 13,86% os pardos.

Título: A Questão Penitenciária: desvelando e enfrentando a intersecção entre Políticas Sociais e Políticas Penais

Início: 2013

Descrição: Assumindo a Questão Penitenciária como aquela que se constitui no reflexo de sobre-determinações sociohistóricas da operacionalidade complexa do castigo embasado num sistema de penalidades de sequestro da liberdade, o qual, a partir de construções discursivas ambivalentes, tensiona de forma paradoxal (contraditória e complementar) as dimensões sociais e políticas de uma sociedade (estas em termos de poder, governabilidade, civilização e cidadania), este projeto tem por objetivos: a) identificar a trama, histórica e contemporânea, dos elementos constitutivos da questão penitenciária, em sentido amplo; b) identificar e analisar os discursos políticos e sociais que se constroem no entorno da questão penitenciária; c) identificar as categorias e noções expressivas de discursos e práticas que se apresentam como estratégicas para o enfrentamento dos paradoxos da questão penitenciária; d) identificar e analisar os instrumentos normativos e políticos, bem como os discursos que constituem a questão penitenciária no Brasil contemporâneo; e) identificar e analisar a produção científica que a área acadêmica de pós-graduação do Serviço Social e das Políticas Sociais tem desenvolvido em referência à questão penitenciária. Seus referenciais teóricos envolvem



abordagens da Sociologia do Castigo (David Garland), Economia Política da Penalidade (na proposta atualizada de Alessandro De Giorgi) e do Paradigma da Complexidade (Edgar Morin). Em suas primeiras etapas se caracteriza como uma pesquisa exploratória.

PROFA. DRA. MARA ROSANGE ACOSTA DE MEDEIROS

Título: O Cadastro Único (CADÚNICO) como critério de acesso aos Programas sociais: impasses e desafios.

Início: 2015

Título: Descrição: O Cadastro Único tem assumido papel significativo no processo de focalização da política de assistência social nos segmentos mais pobres do. Entretanto alguns questionamentos estão postos: Qual a centralidade do CADÚNICO no processo de Gestão? Como os gestores e técnicos que atuam com a população inserida no CADÚNICO utilizam as informações ali disponíveis? Quais as formas de utilização desses dados no momento de elaboração do Plano Plurianual da Política de Assistência Social? Como estão sendo trabalhados nas Conferencias, os dados contidos no CADÚNICO? A partir dessas breves questões pretende-se realizar uma análise acerca do CADÚNICO, através de revisão bibliográfica e documental. buscando responder ao seguinte problema: Até que ponto as informações produzidas pelo Cadastro estão possibilitando mudanças na gestão dos programas sociais com vistas a uma maior focalização das famílias em condições de vulnerabilidade e risco social? Cabe ressaltar aqui que a questão da focalização das políticas sociais constitui-se num tema polêmico, tendo em vista a defesa de políticas que possuam um caráter de universalidade. Entretanto, diante do quadro de pobreza presente na realidade brasileira, a implementação de políticas focalizadas acabam por serem aceitas enquanto estratégias para superação dos elevados índices de pobreza.

PROF. DR. MARCELO OLIVEIRA DE MOURA

Título: INFORMALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: “eficientismo”, acesso à justiça e garantia dos direitos previdenciários nos Juizados da 4ª Região

Início: 2015

Descrição: O presente projeto de investigação tem como tema o Juizado Especial Federal (JEF) e a (re)afirmação de um modelo de justiça ?eficientista? que se constitui a partir da crise do Estado Social (Contemporâneo). A abordagem que se pretende envolve a análise da falta de conexão das dinâmicas do JEF previdenciários com critérios justificadores jurídicoconstitucionais que determinam a implementação do sistema informalizado dos juizados especiais como instrumento de efetivação do acesso à justiça e garantia dos direitos previdenciários; A partir de uma abordagem de caráter descritivo e interpretativo pretende-se uma compreensão da realidade do JEF, especialmente conectada a sua dimensão previdenciária, buscando a alcançar sua real complexidade. Ganha especial relevo no trabalho proposto o escopo de demonstrar como o JEF previdenciário, em sua estrutura e operacionalidade, produz-se no distanciamento dos critérios jurídico-constitucionais que justificam sua instituição e funcionamento, numa afirmação do modelo de gestão capitalista eficiente que responde aos interesses do Estado em sua relação subserviente ao mercado, em detrimento do real acesso à justiça. Privilegiando, deste modo, uma matriz não-consensual, bem como confirmando-se como um espaço fragilizado no que tange à garantia dos direitos previdenciários e acesso a uma ordem social justa.



PROF. DR. RENATO DA SILVA DELLA VECHIA

Título: Mapeamento dos pontos de comercialização de resíduos sólidos na região do COREDE Sul do RS

Início: 2012

Descrição: A pesquisa pretende identificar nos pontos de comercialização da coleta de resíduos sólidos na Região do COREDE SUL os valores de troca entre catadores e atravessadores, e entre atravessadores e a indústria de reciclagem como indicadores para incentivar a organização de cooperativas de catadores.

Título: Levantamento do número de catadores de material reciclável no município de Pelotas

Início: 2010

Descrição: Levantamento do Número de Catadores e Atravessadores existentes no município de Pelotas. Tipo de Material Coletado. As Relações de trabalho existente neste ramos de atividade.

Título: A produção bibliográfica e audiovisual no Brasil a respeito do período da ditadura civil-militar e a transição à democracia (1964-1985).

Início: 2016

Descrição: A pesquisa busca construir um "mapeamento" de tudo que foi produzido a respeito do período militar no Brasil até o ano de 2015. Também tem como objetivo classificar as diferentes perspectivas com que os estudos foram produzidos de forma a criar um mecanismo de acesso para os estudiosos e pesquisadores do tema.

PROF. DR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA

Título: Usuários acima de 60 anos e as Unidades Básicas de Saúde: uma relação em construção na cidade de Pelotas, RS.

Início: 2010

Descrição: Pesquisa qualitativa que visa avaliar as necessidades de saúde dos idosos e sua satisfação com os serviços de saúde, comparando com a visão dos profissionais de saúde da área, culminado com uma avaliação da política de saúde dos idosos.

Título: Avaliação do Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB) na macro Região Sul de saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

Início: 2016

Descrição: De modo particular este estudo pretende avaliar a vertente de provimento de médicos do PMMB, de forma a medir o seu efetivo impacto nos indicadores de saúde da macro região sul de saúde, bem como a evolução dos equipamentos de saúde na rede de atenção básica e a implementação efetiva do modelo da estratégia de saúde da família nesta região. Ainda se fará uma análise qualitativa da satisfação de profissionais de saúde, gestores e usuários em relação ao programa.

PROFA. DRA. VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA

Título: Pactos, protocolos e o protagonismo dos atores políticos locais: impasses e condicionantes para o acesso aos bens e serviços de saúde na linha da fronteira Arco-Sul.

Início: 2014



Descrição: Esta proposta aborda os impasses e os condicionantes para a fruição do direito à saúde pela população não nacional e brasiguaiia residente em faixa de fronteiras internacionais nas cidades gêmeas da linha da fronteira Arco Sul. Decorre dos resultados de três estudos financiados pelo CNPq, que sinalizam para aspectos determinantes na delimitação do problema de pesquisa. Definiu-se como objetivo geral identificar como as inovações nos dispositivos jurídicos - administrativos e relacionais existentes na linha de fronteira incidem sobre o acesso aos bens e serviços de saúde, com ênfase no papel desempenhado pelos atores políticos locais e profissionais da ponta do sistema. Como objetivos específicos se propõe - atualizar, nos quatro países, o repertório dos dispositivos jurídicos - administrativos e as diretrizes nacionais relacionadas às políticas nacionais e pactos internacionais incidentes sobre as políticas de saúde e normas programáticas; - Identificar as experiências e iniciativas governamentais e mistas - sociedade civil e organizações governamentais relacionadas às ações de cooperação transfronteiriças; - Resgatar a dinâmica de institucionalização das políticas locais e o papel dos atores políticos e profissionais nesse processo; revelar os tipos e as formas de relação estabelecidas entre sociedade política e sociedade civil, expressando níveis de discricionariedade dos gestores e profissionais. De acordo com os objetivos deste estudo seria a apreensão, para além do formalizado, que indicaria por onde passariam e quais seriam estas regras e negociações – por isso a escolha de entrevistas em profundidade com os gestores e informantes chave vinculados ao setor saúde e com competência decisória ou executiva - seja administrativa ou técnica (gestores/ profissionais). A proposta é aprofundar dados de caráter horizontais, identificados nos projetos anteriores, visando obter uma compreensão mais vertical das questões abordadas. Foram selecionadas duas cidades gêmeas de cada um dos países fronteiriços no Arco Sul. A seleção teve como critério atingir municípios de pequeno e médio porte, com exceção de Foz do Iguaçu, pelas características de tríplice fronteira. A contribuição desta proposta relaciona-se à extensão fronteiriça do Brasil com os demais países da fronteira Arco Sul, abrangendo 69 municípios e uma população estimada em 1.438.206 habitantes brasileiros e aproximadamente 400.000 brasiguaios, assim designados os habitantes brasileiros que residem no Paraguai e não tem atendimento em saúde nos dois países. Para os profissionais de saúde, especialmente os assistentes sociais, fornecerá subsídios para o manejo das demandas de institucionalização efetiva dos pactos, protocolos, leis e acordos, seja no plano da gestão dos sistemas seja, na ação junto aos usuários dos serviços de saúde. Tendo em vista as particularidades da região estudada, os resultados podem ser replicados em outras zonas de fronteiras do país, viabilizando ampliar o acesso de não nacionais residentes em faixas de fronteira aos bens e serviços de saúde de todos os países do Arco Sul.

Título: Atenção à saúde dos discentes estrangeiros nas universidades com vocação internacional: demandas, políticas e práticas e perspectivas para fruição e acesso do direito a saúde dos ingressantes não nacionais na Unila e Unilab.

Início: 2015

Descrição: O projeto tem como objetivo conhecer e caracterizar as demandas, políticas e práticas voltadas a atenção à saúde dos discentes estrangeiros das Universidades com vocação para integração internacional (UNILA/PR e UNILAB/CE). Pretende ainda evidenciar como se deu a articulação e planejamento da UNILA e UNILAB com as gestões locais de saúde de Foz do Iguaçu/PR e Redenção/CE em seus respectivos processos de implantação para resguardar o usufruto dos alunos estrangeiros nos sistemas públicos de saúde no Brasil. Outro objetivo é o de identificar e caracterizar as ações de serviço de saúde demandadas pelos estudantes estrangeiros nos equipamentos públicos nos municípios de Foz do Iguaçu e



Redenção e se existe recursos orçamentários nos países para fazer frente às necessidades de saúde dos alunos enviados para a UNILA.

PROFA. DRA. VINI RABASSA DA SILVA

Título: Sistema Único de Assistência Social e Proteção de Cidadãos Transfronteiriços: um estudo em cidades gêmeas da fronteira gaúcha

Início: 2012

Descrição: A pesquisa busca investigar as demandas recebidas, os serviços prestados, os entraves encontrados e as alternativas usadas nas cidades gêmeas da fronteira gaúcha, para a garantia da proteção social básica e especial de famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social oriundos de cidades gêmeas do Uruguai e da Argentina. O levantamento de dados será realizado através de pesquisa documental, eletrônica e de campo, incluindo entrevistas com gestores, técnicos e conselheiros. Após a análise inicial dos dados será realizado um workshop com os sujeitos pesquisados para apresentação e discussão dos resultados sistematizados verticalmente (por cidade) e horizontalmente (por tipo de proteção social), seguido de cruzamento e interpretação final dos dados. Os resultados pretendem subsidiar os gestores da política de assistência para a discussão e proposição de acordos com gestores das cidades gêmeas dos países fronteiriços, dando maior visibilidade para os limites e desafios enfrentados para efetivação de políticas sociais na fronteira. A pesquisa tem apoio do CNPq. O desenvolvimento da pesquisa contará com a participação de 04 bolsistas de iniciação científica.

Título: Elementos intervenientes na proteção social de transfronteiriços indocumentados na fronteira Arco Sul

Início: 2014

Descrição: Trata-se de estudo sobre as demandas e os elementos geopolíticos, jurídico-administrativos, técnico-operativos e relacionados à infraestrutura local, que interferem no acesso aos programas, ações e serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos transfronteiriços indocumentados localizados em cidades gêmeas da fronteira do Arco Sul. Ao longo da história as linhas de fronteira receberam atenção na perspectiva da segurança nacional e de comércio internacional de mercadorias. Com a organização do Mercosul as fronteiras dos mercados nacionais foram flexibilizadas, facilitando o livre trânsito do capital. O mesmo não acontece para o cidadão comum, pois a proteção social continua territorializada e nos limites do Estado-nação. Como decorrência, as pessoas que não possuem documentação exigida pelos programas sociais, orientados pela cidadania territorializada, ficam excluídas por serem indocumentadas. Em pesquisa realizada entre os anos de 2012-2014, sobre o atendimento dos direitos positivados pela Política Nacional de Assistência Social nas cidades gêmeas da fronteira gaúcha, foram reveladas situações que desafiam para a construção, no plano éticopolítico e jurídico-administrativo, de uma nova perspectiva de cidadania. A investigação desvendou que pela ausência de uma política social orientada à realidade da população fronteiriça, demandas dos indocumentados ficam a mercê do entendimento de direito à cidadania dos gestores locais. Ponderando, a premência de aprofundamento da realidade social dessa população, é proposta a ampliação do estudo abrangendo, também, as cidades gêmeas dos demais estados que compõem a fronteira Arco Sul (Santa Catarina e Paraná). Seguir-se-á a orientação teórico-metodológica histórico-crítico para coleta e análise dos dados primários e secundários. Nessa perspectiva, é proposta pesquisa documental e bibliográfica com consulta a base de dados científica, estatística e governamental, e pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas com



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO E DOUTORADO

gestores e técnicos da proteção social nas cidades gêmeas da área de abrangência da pesquisa. Os resultados subsidiarão produção técnica e científica sobre o SUAS e transfronteiriços indocumentados em situação de vulnerabilidade e risco social.